

## ESTUDO DE CASO PARA APLICAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P NO IFMT - CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA

### **Edna Cleide Gomes dos Santos**

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá Bela Vista – Graduação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental (2011).

### **James Moraes de Moura**

Graduado em Ciências Biológicas Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Mato Grosso (2004). Mestrado em Agricultura Tropical na UFMT em 2007 com ênfase em Microbiologia Edáfica em áreas de queimada no Pantanal. Professor no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT Campus Cuiabá Bela Vista.

### **Alan Tocantins Fernandes**

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Rio Verde (1996) e em Gestão Ambiental pelo Birkbeck College, Universidade de Londres (2008). Mestrado em Ciência da Informação Geográfica pelo Birkbeck College, Universidade de Londres em 2010 com ênfase em Sistemas de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto. Professor na Universidade de Cuiabá e Colégio Ibero Americano em Cuiabá Mato Grosso.

**Email do Autor Principal:** edna\_cleidegomes@hotmail.com

## **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo principal avaliar as possíveis práticas da Agenda Ambiental na Administração Pública desenvolvidas no Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Campus Cuiabá Bela Vista, bem como propor através de sensibilização e palestras mudanças de hábitos no ambiente de trabalho para melhoria do ambiente referido, o estudo foi fundamentado a partir de um questionário semiestruturado aplicado aos servidores efetivos do campus e diante dos dados obtidos pode-se observar que há de fato a necessidade de um planejamento interno a fim de oferecer treinamento aos servidores, pois fora diagnosticado que 90% dos servidores não conhecem as práticas da Agenda Ambiental na Administração Pública e apenas 10% conhecem, sobre o monitoramento dos possíveis impactos ambientais causados pelas ações dentro do campus, 45% responderam que não há monitoramento, 40% não souberam responder e 5% responderam que há monitoramento dos impactos ambientais gerados pelas ações no campus, quanto ao desperdício de água, energia e material expediente, 95% responderam que há desperdício, 4% responderam que não há desperdício e 1% não respondeu. Os dados relatam a necessidade urgente de mobilização e treinamento aos servidores. E sendo assim a finalidade deste trabalho é possibilitar novos conhecimentos que facilitem a introdução de melhorias na dinâmica do cotidiano do Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Cuiabá – Bela Vista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Servidores, Impactos Ambientais, IFMT, Economia Ambiental.

## **INTRODUÇÃO**

### **Breve Histórico do Meio Ambiente**

Têm aproximadamente 4,5 bilhões de anos o nosso planeta Terra, a existência de vida há mais de 3,5 bilhões, e o homem está sobre o planeta há cerca de 2 a 3 milhões, vivendo com as outras formas de vida em aparente equilíbrio. A humanidade começou a afetar o meio ambiente global de forma significativa nos últimos 200 anos e apenas nos últimos 40 anos esse impacto tornou-se, agravante. Segundo Jessica Tuchman Mathews “a humanidade está alterando rapidamente a fisiologia do planeta” (MANUAL DE ECOLOGIA GLOBAL, 1993:01-02).

Atualmente, a consciência humana mudou formando um novo desenho de realidade ambiental. Depois de passar muitos séculos causando danos a natureza e usando a nossa Terra em seu próprio benefício tirando dela tudo que nos oferece sem nenhum compromisso de poupá-la, a humanidade deparou-se com uma nova

realidade, na qual se tornou vital usufruí-la de modo sustentável. Para que haja continuidade da raça humana no planeta é preciso e urgente uma mudança completa no comportamento mundial, é a própria sobrevivência humana que está correndo risco de existir (FITTIPALDI, 2008).

O desenvolvimento tecnológico da humanidade nos últimos três séculos foi incomparável, onde as inúmeras e diversas descobertas geraram uma incrível capacidade de produção e de controle dos elementos naturais. Contudo, é também o período histórico em que o homem gerou meios nos quais é possível levá-lo a sua extinção. (DIAS, 2006).

Segundo o autor Thomas Hobbes, ele afirmava que o homem por não possuir predador natural, tornava-se o lobo de si mesmo.

Já para Dashefsky (1997), o Meio Ambiente, é definido como todos os componentes vivos ou não, assim como a todos os fatores bióticos ou abióticos, que existem no local em que um organismo vive, isto é, tudo que faz parte do meio ambiente do organismo. O meio ambiente é considerado a partir da perspectiva do organismo que está sendo estudado ou debatido. Esse termo é frequentemente confundido com ecologia, que é também definida como o estudo desses componentes e fatores, e do relacionamento que existe entre eles. Segundo Moura (2002:28), no Brasil a situação ambiental é crítica em alguns setores, com efeitos negativos de âmbito global, ao mesmo tempo em que algumas empresas têm realizado trabalhos de seriedade indiscutível, com melhorias no desempenho ambiental.

A preocupação com o meio ambiente teve seu ponto de partida só a partir do século XX com a descoberta da necessidade de se conservar a natureza e com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1962, Rachel Carson publicou o Livro Primavera Silenciosa onde expunha os perigos do *Dicloro-Difenil-Tricloroetano* - DDT, primeiro pesticida moderno, tendo sido largamente usado após a Segunda Guerra Mundial, o que causou grande repercussão na opinião pública (DIAS, 2006).

### **A Importância da criação da A3P**

A criação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, no final de 1999, pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA e oficializada pela Portaria N° 510/2002, sem dúvida é de extrema importância e um avanço muito grande nas questões ambientais desenvolvidas em nosso país, pois pretende instaurar um processo de construção de uma nova cultura institucional na administração pública, visando a sensibilização dos servidores para otimização dos recursos para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho.

Em novembro de 2005, haviam aderido à A3P, entre outras instituições: a Presidência da República, o Ministério da Defesa, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde (Fundação Nacional de Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - FUNASA), o Ministério de Desenvolvimento Social, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a Procuradoria-Geral da República, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, diversas prefeituras municipais e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Alguns dos procedimentos propostos são semelhantes aos da norma ISO 14001, não obstante, sua maior ênfase está na diminuição do desperdício, através dos 3R's, isto é: reduzir, reciclar e reutilizar a quantidade de resíduos gerados, sobretudo nos escritórios. Não são contempladas estratégias indicadas pela ISO 14001 como: levantamentos dos aspectos e impactos ambientais ao longo do ciclo de vida da produção ou dos serviços prestados e o estabelecimento de planos de emergência. A sociedade como um todo, cidadãos, órgãos governamentais e não governamentais, é responsável por preservar o meio ambiente de forma a assegurar o bem coletivo que representa, vale destacar que o governo assume um papel essencial já que é responsável pela articulação e criação de diversas políticas públicas através de diferentes tipos de medidas e instrumentos que objetivam influenciar o comportamento de diferentes atores e fomentar a qualidade ambiental (STRAUCH, 2008).

### **Os Órgãos Ambientais e a A3P no Brasil**

Segue relação de alguns órgãos brasileiros que já desenvolvem as práticas da Agenda Ambiental na Administração Pública. No Brasil o Ministério do Meio Ambiente, criado em 1934, pelo Decreto nº 23.793 é o responsável por todas as questões ambientais do país, é composto por muitos órgãos locais além de seus colegiados e entidades vinculadas que são: Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90, Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente - CGEN, responsável pelo o uso relativo aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais.

Também caracteriza como caso de relevante interesse público o acesso a componente do patrimônio genético existente em área privada para pesquisa científica que contribua para o avanço do conhecimento e não apresente potencial de uso econômico previamente identificado. Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOR tem a função de promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas e a expansão sustentável da base florestal plantada.

Comissão Nacional de Florestas - CONAFLO, criada pelo Projeto de Lei 4776 que regulamenta a gestão de florestas públicas, institui o Serviço Florestal Brasileiro e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Conselho Nacional da Amazônia Legal - CONAMAZ, órgão colegiado integrante da Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Regulamenta o Conselho Nacional da Amazônia Legal. Decreto Nº 1.541, de 27 de Junho de 1995.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH estabelece diretrizes para inserção das águas subterrâneas no instrumento Plano de Recursos hídricos.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA é o órgão executor das políticas de meio ambiente e visa garantir que as ações públicas e privadas que interfiram na qualidade dos recursos ambientais sejam acompanhadas e mantidas num padrão de qualidade que garanta o equilíbrio ambiental.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICM, esse Instituto tem por objetivo desenvolver ações que contribuam com a conservação e a proteção ambiental, promoção humana e inclusão social, por intermédio de geração de renda, difusão de técnicas e conhecimentos, eventos, pesquisas e projetos de ação. Agência Nacional de Águas - ANA, essa agência tem como missão implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso à água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações.

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, A Lei Nº 10.316, de 6 de Dezembro de 2001, cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Na busca de soluções para a promoção das mudanças dos padrões de consumo e produção, o MMA lançou, em 1999, o desafio às instituições governamentais consubstanciada na publicada “Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, juntamente com vídeo educativo e motivador de novos comportamentos. Em 2004, foi criada a chamada Rede A3P para viabilizar a troca de conhecimentos entre as Administrações Públicas e assim tornar palpáveis alguns dos conceitos do desenvolvimento sustentável”.

### **Sugestões para Implementação da A3P no IFMT**

Para a implementação da A3P, o MMA propõe: a criação de um grupo responsável pela Agenda na Instituição, composto por servidores de várias áreas da instituição; a realização do diagnóstico da situação, identificando pontos críticos e avaliando os impactos ambientais e desperdícios; a elaboração do planejamento integrado, envolvendo o maior número de colaboradores e áreas de trabalho; a definição de projetos e atividades, priorizando ações de maior urgência; a implementação das atividades programadas, realizando treinamentos e disponibilizando recursos físicos e financeiros; a avaliação e o monitoramento do desempenho ambiental, identificando avanços e deficiências; a busca de uma melhoria progressiva através da avaliação sistemática, do replanejamento, da introdução de novas tecnologias e da capacitação de servidores (MMA, 2005). Adotar

critérios ambientais no IFMT, reduzindo impactos ambientais decorrentes de suas ações e promovendo a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

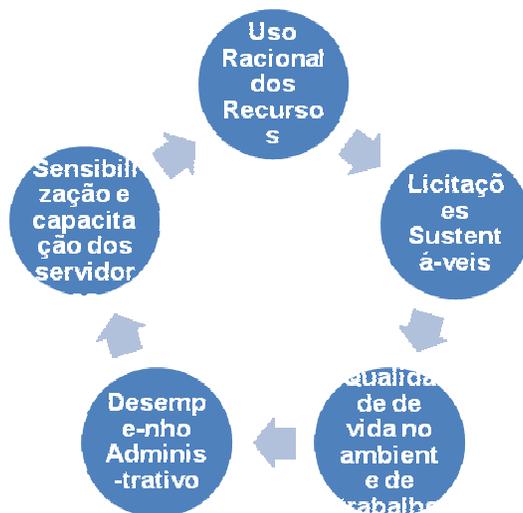


Figura 1: Eixos Temáticos da A3P (Fonte: BRASIL, 2010)

Contudo observa-se que a A3P busca adequar o comportamento do consumo do Governo aos preceitos constitucionais sobre a responsabilidade ambiental compartilhada, que é tarefa de todos os segmentos da sociedade, do setor público e do produtivo. A implementação da A3P pode trazer uma série de vantagens, tais como: redução de água, energia e outros insumos, estabelecimento de padrões ambientais focados ao ganho de qualidade de vida no ambiente de trabalho para o funcionário, entre outros.

Após da criação da rede A3P viabilizar a troca de conhecimentos entre os entes do IFMT, bem como com as ações do MMA.

O direito ao meio ambiente é recente, quando se refere aos direitos conquistados pelos cidadãos ao longo da existência humana. A compreensão de que a natureza deve ser um bem preservado é nova e que a mesma é finita por isso o homem tem direito, mas também dever de preservá-la.

Segundo Telles *et al.* (2002), a implantação de programas de implementação da A3P, o MMA propõe: a criação de um grupo responsável pela Agenda na Instituição, composto por servidores de várias áreas da instituição a EA ocorrer, gradativamente e de diversas formas geralmente, um dos primeiros passos é a implantação de programas de implementação A3P, MMA que orienta e fornece noções de preservação ambiental.

## METODOLOGIA

O presente estudo se configura como uma pesquisa, qualitativa, exploratória e explicativa, haja vista que não só se embasou em um levantamento bibliográfico relacionado à gestão ambiental e à Administração Pública, como também analisou criticamente os dados obtidos. No estudo exploratório, buscou-se a definição do problema da pesquisa, efetuação de uma revisão de literatura em livros, periódicos, artigos e sites sobre a aplicação da A3P, além da base conceitual para elaboração do instrumento de coleta de informações. No estudo explicativo, foi desenvolvido através do levantamento de informações através de uma entrevista usando um questionário estruturado com 20 questões subjetivas, abordando a opinião e a percepção dos servidores sobre o programa A3P por amostragem (para os servidores efetivos da Instituição IFMT), Cada pesquisa, subdividida em 04 blocos, foram distribuídas nas salas, onde cada bloco foi respondido por diferentes servidores aleatoriamente.



participado 16 (dezesseis) servidores. A aplicação do questionário foi realizada entre os dias 30/06 e 01/07 2011 no período matutino das 8h00min às 11h00min.

O questionário foi utilizado como instrumento de coleta de dados estatísticos, com a vantagem da ausência de pressão sobre o indivíduo permitindo tempo para reflexão sobre as respostas, a ordenação das questões, assegurando a uniformidade das respostas e facilitando à posterior análise dos resultados (GRESSLER, 1983 *apud* CASTOLDI *et al.*, 2009).

### Estruturação dos dados

Os dados obtidos referem-se a uma recolha de informações organizadas, os resultados da pesquisa e outras informações foram inseridos em forma de tabelas e gráficos através de elaboração de planilhas do programa Microsoft Office Excel 2007. Os dados se consistem em números, medições e observações de um conjunto de variáveis; informações, adquiridas através de questionários como forma de registro que identifica a pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destacou-se nas entrevistas realizadas com os servidores efetivos do IFMT os seguintes resultados relatados em seguida.

Constata-se que 90% dos servidores efetivos entrevistados desconhecem as práticas da A3P. Por ser uma Instituição de Ensino demonstra que há de ser feito mobilizações pra propor cursos de qualificação nessa área. Na atualidade, necessitamos mais e mais de alternativas para proporcionar algo atrativo nas instituições, seja ela qual for isto requer dos participantes, desta unidade compromisso e responsabilidade com a mesmo, fazendo com que sua unidade de ensino cresça e se fortaleça diante das complexidades existentes no cotidiano. Sendo assim conseguimos mapear através dos eixos e temas com melhor desempenho em identificar dificuldades relacionadas aos eixos temáticos, oferecendo dados para orientar a revisão das estratégias da A3P no MMA.

Conforme os resultados obtidos no gráfico abaixo o desperdício a de 95% dos servidores entrevistados afirmam que há desperdício (figura 3). Estes dados revelam algo preocupante, pois se deve almejar a eficiência em todas as ações desenvolvidas no campus, pois é um órgão de Ensino que tem em sua maioria cursos voltados ao meio ambiente e como poderia ser modelo a ser seguido se há inúmeras falhas.



**Figura 3: Percentual referente a desperdícios existente na Instituição IFMT Campus Cuiabá Bela Vista em 2011.**

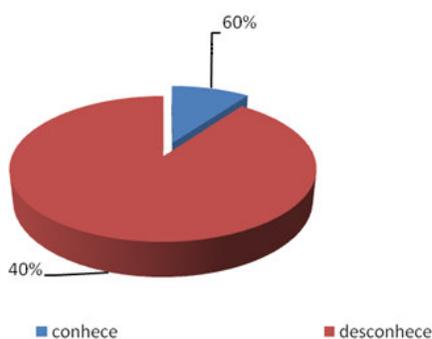
As questões ambientais devem ser tratadas com muita responsabilidade e nada de deixar pra depois, pois a sobrevivência das futuras gerações depende das ações benéficas que fazemos agora. Este gráfico está representando percentuais que nos preocupam, pois, os números estão em desigualdade com a realidade. Os resultados apresentados identifica as a influencia de mudanças de hábitos dos servidores relacionadas as

práticas de sustentabilidade organizacional junto com as ações da A3P, adotadas no Ministério do Meio Ambiente. Assim influenciando os servidores da instituição IFMT a mudanças de hábitos.

Destaca-se nesta pesquisa que há um péssimo hábito dos servidores de não atentar ao desperdício pois 99% afirmam que há desperdício de água, energia e material expediente, e apenas 1% se mobilizam em prol ao meio ambiente.

A partir dos levantamentos de dados, faz-se necessário a implementação da A3P no IFMT- Campus Cuiabá-Bela Vista, uma vez que ainda é pouco difundida as práticas dessa agenda entre os servidores. Diante disso é necessário buscar soluções para problemas diagnosticados, através da elaboração e aplicação de políticas ambientais. Então se faz necessário uma política ambiental efetiva dentro da Instituição.

Nota-se na Figura 4, que no monitoramento dos impactos 60% dos servidores que responderam o questionário afirmaram-se que não há nenhum tipo de monitoramento e 40% não opinaram. Diante dessas informações fica evidente a necessidade de uma política ambiental no campus do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus- Cuiabá Bela Vista para que possa mudar essa realidade.



**Figura 4: Percentual referente a o Monitoramento dos possíveis impactos Ambientais causados pelas práticas no IFMT Campus Cuiabá Bela Vista em 2011.**

O bom desenvolvimento das atividades/serviços ao mesmo tempo em que se busca melhorar a qualidade de vida da força do trabalho, são características que definem a responsabilidade social (HOLME; WATTS, 2000). Em adição a essa ideia, vale lembrar que a responsabilidade social corporativa pode ser trabalhada em cima de duas abordagens: a interna e a externa, independente do porte e da tipologia empresarial (ASHLEY, 2003; PRIMOLAN, 2004). Como foco deste trabalho, e considerando as variáveis deste grupo, logo nota-se que tais variáveis estão diretamente inseridas nas características da responsabilidade social interna, a qual começa pela valorização profissional e a melhoria da qualidade de vida dos funcionários e, em uma perspectiva mais ampla, de suas famílias.

Os órgãos públicos devem desenvolver algumas ações visando definir seu legado corporativo, instalando uma ética de educação e de aprendizado na organização e instituindo processos que fomentem esse traço cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste trabalho indicam que há realmente a necessidade de implantar a Agenda Ambiental na Administração pública tendo em vista que a maioria dos servidores desconhece as práticas sugeridas por essa Agenda. Portanto é de suma importância a adoção dessas práticas a fim de poder proporcionar uma melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho e reduzir os dados ambientais causados pelas práticas não adequadas.

É preciso de fato a A3P ser tratada como prioridade e para isso precisa desenvolver trabalhos focados para esse tema, com uma visão na questão ambiental, do desperdício, com o reaproveitamento de matérias- primas.

E sem sombra de dúvida por ser uma Instituição de Ensino que tem como prioridade a excelência na qualidade do ensino, tem de ser realmente modelo a ser seguido e pra isso se deve adequar o mais urgente possível e assim poder de fato ser referencia no que se diz respeito a práticas ambientais adequadas ou de sustentabilidade. Pois a Inserção da A3P seria uma maneira de disseminar entre os servidores a consciência ambiental e uma reflexão sobre todas as formas de desperdício dos recursos naturais no campus do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus- Cuiabá Bela Vista.

### PERSPECTIVAS

- Realização de programas de capacitação dos servidores com disponibilização de espaço físico e recursos financeiros para realização de oficinas e ciclo de palestras que promova mudanças de hábitos;
- Monitoramento das atividades desenvolvidas através de avaliações mensais;
- Inserção de práticas de combate ao desperdício de água, através de manutenção constante dos equipamentos;
- Inserção de práticas de combate ao desperdício de energia, através de manutenção constante dos equipamentos e sensibilização dos servidores para utilizar a energia de forma racional;
- Inserção de práticas de combate ao desperdício de material expediente através de sensibilização por parte dos servidores em utilizar os recursos de forma racional e apenas utilizar o que é necessário.
- Reduzir, Reutilizar e Reciclar hábitos que contribuem para melhoria e qualidade de vida.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fittipaldi, J. N. M. **Diretrizes para Implantação de um Sistema de Gestão Ambiental na Universidade Federal Rural de Pernambuco com base na ISO 14.001**. Monografia. UFRPE, Recife - PE. 2008.
2. Moura, L. A. A. **Qualidade e Gestão Ambiental**, 3ª ed. São Paulo. Ed. Juarez de Oliveira, 2002.
3. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P**. Brasília. 4ª ed. 2007.
4. Primolan, L. V. A responsabilidade social corporativa como um fator de diferenciação na competitividade das organizações. In. **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 3, p. 125-134, out. 2004.
5. Telles, M. Q.; Rocha, M. B.; Pedro M. L.; Machado, S. M. C. **Vivências Integradas com o Meio Ambiente**. Ed. Sá: São Paulo. 2002.